

do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com a faculdade prevista no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, de forma a minimizar a carência existente no posto de Segundo-Sargento e visar satisfazer necessidades de caráter operacional do Exército, designadamente o desempenho de funções em Unidades operacionais em que o referido posto se mostra essencial para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional do Exército, para o cumprimento das Missões atribuídas.

28 de outubro de 2014. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, COR INF.

208196694

**FORÇA AÉREA****Direção de Finanças da Força Aérea****Despacho n.º 13353/2014**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro, *COR/ADMAER/074453-A Armindo Manuel Elias Barroso de Sampaio*, a competência que me foi delegada pelos n.ºs 1 e 2 do Despacho n.º 11743/2012, de 3 de agosto, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 3 de setembro, para:

- a) Cobrar receitas e assinar a documentação relativa à execução da gestão financeira da Força Aérea;
- b) Autorizar e emitir os meios de pagamento;
- c) Proceder à liberação de caucões no âmbito dos contratos públicos;
- d) Representar a Força Aérea junto do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., para todos os efeitos inerentes às candidaturas a subsídios disponibilizados pelo mesmo;
- e) Visar a relação de faturas ou documentos equivalentes, prevista no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de abril, com as alterações que lhe sucederam, a enviar ao Serviço de Administração do IVA, para efeitos de restituição de imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do mesmo diploma.

2 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações que lhe sucederam, subdelego no Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro, *COR/ADMAER/074453-A Armindo Manuel Elias Barroso de Sampaio*, a competência para autorizar a realização de despesas, até ao montante de 20.000,00 €, com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços e relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, que me foi subdelegada pelo n.º 1 do Despacho n.º 13424/2012, de 2 de outubro, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 15 de outubro.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

1 de outubro de 2014. — O Diretor, *MGEN/ADMAER Nuno José Alves dos Ramos*.

208190756

**MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL  
E DO AMBIENTE, ORDENAMENTO  
DO TERRITÓRIO E ENERGIA**

Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional  
e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

**Despacho n.º 13354/2014****Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente 2013**

Considerando o Despacho Conjunto, de 1 de julho de 1993, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 14 de julho, que criou o Prémio Defesa Nacional e Ambiente, e o Despacho Conjunto n.º 8383/2007, de 10 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 90, de 10 de maio, que atualizou a regulamentação das condições de candidatura e a atribuição do referido prémio.

Após reunião do júri nomeado e da proposta apresentada, aprovada por unanimidade, atribui-se o «Prémio Defesa Nacional e

Ambiente» — 2013 à candidatura apresentada pela Base Aérea N.º 6, Montijo, da Força Aérea — «*Cumprir a missão, preservando o ambiente*», nos termos do ponto 4.4. do citado Despacho Conjunto n.º 8383/2007, dado que constitui um contributo exemplar para a integração das preocupações ambientais na atividade militar.

27 de agosto de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

208189996

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Gabinete da Ministra****Despacho n.º 13355/2014**

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para a Comarca da Madeira - Funchal, aprovada em reunião da Câmara Municipal do Funchal, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º - *ex vi* do artigo 38.º - e do artigo 37.º do referido Decreto-Lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

23 de outubro de 2014. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

**Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca, previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.**

**Comarca da Madeira - Funchal****EFETIVOS**

Anabela Martinha Gonçalves Nóbrega  
Carlos Alberto Meneses Gonçalves  
Deolinda da Encarnação Cristóvão  
Elsa Maria Nunes Silva  
Filipe Manuel Varela Teixeira  
José Evangelista Ferraz dos Santos  
José Horácio Drumond  
Luís Maria Camacho e Silva  
Maria Adelaide Ribeiro  
Maria Manuela de Ornelas Quintal  
Marta Filipa Gomes Nóbrega  
Sara Martins Marques dos Santos Madruga da Costa  
Susana Alexandra Sousa Gomes  
Teresa Maria Abreu Gonçalves  
Teresa Susana Silva Castro

**SUPLENTES**

Ângela Ulisses Ardachessian  
Carla Marques Escorcio Rebol  
Cristina Maria de Almeida Simões Tavares  
Fernanda Cristina Baltazar Lemos  
Humberta Paulina Menezes Cabral Correia  
José Fernando Farinha Barreiro  
Juan Manuel Rodrigues de Freitas  
Lídia Jackeline Orfão Vieira  
Otilia Maria Jardim  
Patrícia Alexandra Jerónimo Inácio  
Rosabel Vitória de Caires Jorge Gonçalves  
Sandra Escorcio de Freitas Sarcevic  
Silvia Cristina Castro Fernandes  
Venâncio Pedro Rodrigues Camacho  
Vitor Hugo Gonçalves Pinheiro

208189866

**Despacho n.º 13356/2014**

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para a Comarca de Lis-

boa — Barreiro, aprovada em reunião da Câmara Municipal do Barreiro, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido Decreto-Lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

23 de outubro de 2014. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

**Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.**

**Comarca de Lisboa — Barreiro**

**EFETIVOS**

Ana Maria do Carmo Coelho Rosado  
Carla do Rosário Martins Esteves Mendes  
Dora Alexandra Carocha Pinto  
Francisco José dos Santos Barros  
Jacinta Fernandes Jerónimo  
Helena Paula Matias Pires Esteves  
Maria de Fátima Pereira Henriques Afonso  
Maria Fernanda Lopes de Carvalho Viegas Garcia  
Otilia Maria da Conceição Dias  
Paula Cristina Barroso Prudêncio Soares  
Rute Isabel Barreiro da Silva Santos  
Sandra Carvalho Loução  
Sandra Marina Soeiro da Silva  
Sónia Isabel Falarido de Almeida  
Vitor Manuel do Coito Rodrigues

**SUPLENTE**

Ana Cristina Coutinho Gaspar  
Ana Rita Correia Fernandes  
Anabela Carocha Pinto  
Clara Sofia Gomes Carlos  
Cristina Cruz Ferreira de Oliveira  
Joana Isabel Garcia Ferreira  
Lina Gertrudes Galiauro Janeiro Barrocal Fialho  
Maria Amália Pires Pereira Valegas  
Maria Jesuína Rosa Ferro Coelho  
Maria José Pecurto Canhoto Rosado

208189882

**Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**

**Despacho (extrato) n.º 13357/2014**

Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 26 de fevereiro de 2014, foi aplicada a pena de demissão ao guarda

Nome	PR	NR	Efeitos
Ana Raquel Valente Delgado	1.ª	5	01-07-2014
Ricardo Manuel Marques Gonçalves	Entre a 1.ª e a 2.ª	Entre o 5 e o 7	01-07-2014

20 de outubro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208190456

**Despacho (extrato) n.º 13362/2014**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para preenchimento de posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, aberto pelo aviso n.º 12764/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, de 18 de outubro de 2013, foi celebrado contrato

principal António Manuel Francisco Vaz, notificada em 16 de março de 2014.

Na sequência da interposição de recurso hierárquico, o qual não suspendeu a eficácia da pena de demissão por força do n.º 4 do artigo 60.º do Estatuto, foi negado provimento ao mesmo por despacho da Ministra da Justiça, de 16 de maio de 2014, notificada em 23 de maio de 2014.

Assim, em cumprimento do n.º 1 do artigo 18.º e artigo 58.º, ambos da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, que aprova o Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, foi aplicada a pena de demissão ao guarda principal António Manuel Francisco Vaz, com efeitos a 17 de março de 2014.

17 de junho de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208190294

**Despacho (extrato) n.º 13358/2014**

Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 29 de maio de 2014, nos termos e com os fundamentos constantes dos artigos 18.º, n.º 1 e 58.º, ambos da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, que aprova o Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, foi aplicada a pena de demissão ao guarda Guttil Gomes Afonso Oliveira, com efeitos a 5 de junho de 2014.

17 de julho de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208190245

**Despacho (extrato) n.º 13359/2014**

Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 12 de junho de 2014, nos termos e com os fundamentos constantes dos artigos 18.º, n.º 1 e 58.º, ambos da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, que aprova o Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, foi aplicada a pena de demissão ao guarda Nuno José Figueiredo Bernardes, com efeitos a 21 de junho de 2014.

29 de julho de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208190529

**Despacho (extrato) n.º 13360/2014**

Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 10 de fevereiro de 2012, nos termos e com os fundamentos constantes dos artigos 18.º, n.º 1 e 58.º, ambos da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, que aprova o Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, foi aplicada a pena de demissão ao assistente operacional Carlos Manuel Silva Albasini, com efeitos a 17 de fevereiro de 2012.

15 de setembro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208190326

**Despacho (extrato) n.º 13361/2014**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, aberto pelo aviso n.º 14545/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 229, de 26 de novembro de 2013, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os trabalhadores a seguir indicados:

Nome	PR	NR	Efeitos
Ana Raquel Valente Delgado	1.ª	5	01-07-2014
Ricardo Manuel Marques Gonçalves	Entre a 1.ª e a 2.ª	Entre o 5 e o 7	01-07-2014

20 de outubro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208190456

de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o trabalhador a seguir indicado:

Nome	PR	NR	Efeitos
António Fernandes Vera Cruz Martinho	2.ª	15	01-09-2014

20 de outubro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208190359